

TCE-RR

Auditor Substituto Conselheiro



Editais verticalizados

Tribunal de Contas do Estado de Roraima

MÓDULO I - CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação e Compreensão de texto. Organização estrutural dos textos.
2. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.
3. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo.
4. Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo. Textos literários e não literários.
5. Tipologia da frase portuguesa.
6. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Norma culta. Pontuação e sinais gráficos. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa.
7. Tipos de discurso.
8. Registros de linguagem. Funções da linguagem.
9. Elementos dos atos de comunicação.
10. Estrutura e formação de palavras. Formas de abreviação.
11. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores.

12. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade. Os dicionários: tipos; a organização de verbetes.

13. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos.

14. Ortografia e acentuação gráfica. A crase.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

1. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.

2. Conjuntos e suas operações, diagramas.

3. Números inteiros, racionais e reais e suas operações, porcentagem e juros.

4. Proporcionalidade direta e inversa.

5. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.

6. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

7. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

8. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.

9. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

10. Problemas de contagem e noções de probabilidade.

11. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área.

12. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.

13. Problemas de lógica e raciocínio.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

1. Constituição do Estado de Roraima (Constituição Estadual nº 1, de 31 de dezembro de 1991 até a Emenda à Constituição nº 93, de 23 de abril de 2024).

2. Lei Orgânica do TCE-RR (Lei Complementar nº 06, de 24 de junho de 1994 e suas alterações – Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências).

3. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (Resolução nº 001/2015-TCERR-PLENO, publicada no DOE 2450, de 23/01/2015 – Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, aprovado por meio da Resolução TCE/RR nº 01/1995, de 19 de janeiro 1995), com as alterações das seguintes resoluções:

- Resolução nº 001/2016
- Resolução nº 004/2017
- Resolução nº 015/2018
- Resolução nº 009/2020
- Resolução nº 020/2020
- Resolução nº 008/2022
- Resolução nº 013/2022

MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição Federal de 1988: conceito, contexto histórico, características, estrutura do texto.
2. Poder constituinte: conceito, espécies, limites.
3. Princípios Fundamentais: direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos.
4. Organização do Estado: organização político-administrativa, União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
5. Intervenção Federal.
6. Administração Pública: disposições gerais, servidores públicos civis e militares.
7. Poder Legislativo: Processo Legislativo. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.
8. Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
 - 8.1. Atribuições dos Ministros de Estado.
9. Poder Judiciário: órgãos, composição, garantias e competências.
 - 9.1. Funções Essenciais à Justiça.
10. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Conceitos e princípios: Estado. Governo. Administração Pública. Reformas administrativas.
2. Organização da Administração: Entidades paraestatais e o Terceiro Setor. A Administração na Constituição de 1988.
3. Poderes e Deveres Administrativos: poder discricionário, poder regulamentar, poder hierárquico e disciplinar, poder de polícia. Uso e abuso de poder.
4. Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, extinção, nulidades e revogação.

5. Agentes Públicos: disposições constitucionais, regime jurídico, Lei nº 8.112/1990, cargo público, provimento, investidura, estabilidade, acumulação, regime disciplinar e seguridade social.

5.1. Lei Estadual nº 053, de 31 de dezembro de 2001 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima).6. Licitações e contratos administrativos: conceito, princípios, contratação direta, modalidades e tipos. Fracionamento de despesas. Fiscalização contratual.

7. Controle da Administração.

8. Responsabilidade Civil do Estado.

9. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

10. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

11. Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Administração Pública do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático.

2. Políticas públicas: O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação).

3. Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.

4. Planejamento nas organizações públicas: O ciclo do planejamento (análise do ambiente, objetivos estratégicos, missão, visão, valores).

5. Governo eletrônico: Transparência da administração pública. Controle social e cidadania. Accountability.

6. Gestão de Pessoas por Competências.

7. Mudanças institucionais: Conselhos, Organizações Sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos.

8. Gestão por resultados na produção de serviços públicos.

9. Governabilidade e governança.

9.1. Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).

9.2. Princípios de governança pública.

10. As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo.

10.1. Descentralização e democracia.

10.2. Participação, atores sociais e controle social.

10.3. Gestão local, cidadania e equidade social.

10.4. Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.

11. O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).

12. Referencial Estratégico das Organizações.

12.1. Análise de ambiente interno e externo.

12.2. Ferramentas de análise de ambiente: análise SWOT, análise de cenários, matriz GUT.

12.3. Negócio, missão, visão de futuro, valores.

13. Indicadores de desempenho.

13.1. Tipos de indicadores.

13.2. Variáveis componentes dos indicadores.

NOÇÕES DE MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

1. Matemática Financeira

- 1.1. Regra de três simples e composta, proporcionalidades e porcentagens.
- 1.2. Juros simples e compostos.
- 1.3. Capitalização e desconto.
- 1.4. Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalente, real e aparente.
- 1.5. Rendas uniformes e variáveis.
- 1.6. Planos de amortização de empréstimos e financiamentos.
 - 1.6.1. Sistema francês (tabela PRICE).
 - 1.6.2. Sistema de amortização constante (SAC).
 - 1.6.3. Sistema de amortização misto (SAM).

2. Estatística

- 2.1. Estatística descritiva.
- 2.2. Análise exploratória de dados.
 - 2.2.1. Gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose).
- 2.3. Probabilidade.
 - 2.3.1. Definições básicas e axiomas.
 - 2.3.2. Probabilidade condicional e independência.
- 2.4. Amostragem.
 - 2.4.1. Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados.
- 2.5. Noções básicas de estimação e de testes de hipóteses.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Administração Pública do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático.
2. Políticas públicas: o ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação).

3. Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.
4. Planejamento nas organizações públicas: o ciclo do planejamento (análise do ambiente, objetivos estratégicos, missão, visão, valores).
5. Governo eletrônico: transparência da administração pública. Controle social e cidadania. Accountability.
6. Gestão de pessoas por competências.
7. Mudanças institucionais. Conselhos, organizações sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos.
8. Gestão por resultados na produção de serviços públicos.
9. Governabilidade e governança.
 - 9.1. Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).
 - 9.2. Princípios de governança pública.
10. As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo.
 - 10.1. Descentralização e democracia.
 - 10.2. Participação, atores sociais e controle social.
 - 10.3. Gestão local, cidadania e equidade social.
 - 10.4. Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.

11. O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).
12. Referencial estratégico das organizações.
 - 12.1. Análise de ambiente interno e externo.
 - 12.2. Ferramentas de análise de ambiente: análise SWOT, análise de cenários, matriz GUT.
 - 12.3. Negócio, missão, visão de futuro, valores.
13. Indicadores de desempenho.
 - 13.1. Tipos de indicadores.
 - 13.2. Variáveis componentes dos indicadores.

MÓDULO III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AVANÇADOS

TRIBUNAIS DE CONTAS

- 1 independência.
- 2 Valores e benefícios.
- 3 Transparência e Accountability dos TCs.
- 4 Controle da Qualidade de Auditorias do Setor Público.
- 5 Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público.
- 6 Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira.
- 7 Princípios Fundamentais de Auditoria de Conformidade.
- 8 Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional.
- 9 Norma para Auditoria Operacional.
- 10 Norma para Auditoria de Conformidade.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. Funções do Governo
 - 1.1. Falhas de mercado e produção de bens públicos
 - 1.2. Políticas econômicas governamentais: alocativa, distributiva e estabilizadora
 - 1.3. Federalismo Fiscal

2. Orçamento público: conceitos e princípios
 - 2.1. Evolução conceitual do orçamento público
 - 2.2. Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas

3. Orçamento público no Brasil

Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964

 - 3.1. Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA)
 - 3.2. Leis de Créditos Adicionais
 - 3.3. Emendas parlamentares ao Orçamento

4. Plano Plurianual (PPA)

Estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas

5. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Objetivos, estrutura, base legal e conteúdo

Anexos de Metas Fiscais

Anexos de Riscos Fiscais

Critérios para limitação de empenho

6. Classificações orçamentárias
 - 6.1. Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento (MTO)
 - 6.2. Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes e classificações adicionais previstas no MTO

7. Ciclo orçamentário

Elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento

7.1. Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública

7.2. Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento

7.3. Conta Única do Tesouro Nacional: conceito e previsão legal

8. Gestão organizacional das finanças públicas

Sistema de planejamento e orçamento e de programação financeira constantes da Lei nº 10.180/2001

9. Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000

Princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal

10. Sistemas de informação da Administração Pública Federal

SIAFI, SIASG e SICONV

10.1. Finalidade

10.2. Principais informações

11. Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e portarias regulamentadoras

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

1. Legislação aplicável à contratação de bens e serviços.

1.1. Leis nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 e nº 14.133/2021.

1.2. Instrução normativa nº 5/2017 da secretaria de gestão do ministério do planejamento, desenvolvimento e gestão.

2. Elaboração e fiscalização de contratos.

2.1. Cláusulas e indicadores de nível de serviço.

2.2. Papel do fiscalizador do contrato.

2.3. Papel do preposto da contratada.

- 2.4. Acompanhamento da execução contratual.
- 2.5. Registro e notificação de irregularidades.
- 2.6. Definição e aplicação de penalidades e sanções administrativas.

CONTROLE EXTERNO

- 1. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS).
 - 1.1. Declaração de Lima.
 - 1.2. Declaração do México – Independência das EFS (ISSAI 10).
 - 1.3. Princípios de Transparência e Accountability (ISSAI 20).

- 2. Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (artigos 70 a 74 da Constituição Federal).
 - 2.1. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões.

- 3. Tribunal de Contas da União: natureza, competência e jurisdição.
 - 3.1. Organização. Julgamento e fiscalização.
 - 3.2. Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443/1992).
 - 3.3. Regimento Interno do TCU (Resolução-TCU nº 246/2011).

Lei Orgânica do TCE-RR (Lei Complementar nº 06, de 24 de junho de 1994 e suas alterações – Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá Outras Providências);

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (Resolução nº 001/2015-TCERR-PLENO, publicada no DOE 2450, de 23/01/2015 – Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, aprovado por meio da Resolução TCE/RR nº 01/1995, de 19 de janeiro 1995), com as alterações das Resoluções nº 001/2016; nº 004/2017; nº 015/2018; nº 009/2020, nº 020/2020, nº 008/2022 e da Resolução nº 013/2022.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

- 1. Conceito, evolução.

- 1.1 Auditoria interna e externa: papéis.
- 1.2 Auditoria governamental segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions).

2. Normas internacionais para o exercício profissional da auditoria.
 - 2.1 Normas da INTOSAI: princípios fundamentais de auditoria e código de ética do setor público (ISSAIs 100, 130).

3. Normas de auditoria do TCU (Portaria-TCU nº 280/2010).

4. Auditorias de conformidade, financeira e operacional.
 - 4.1 Conceitos, características e finalidades.
 - 4.2 Outros instrumentos de fiscalização: levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção.
 - 4.3 Planejamento de auditoria.
 - 4.3.1 Modelo de risco de auditoria.
 - 4.3.2 Termos da auditoria e estratégia global de auditoria.
 - 4.3.3 Técnicas para obtenção do entendimento do objeto e de seu ambiente.
 - 4.3.4 Materialidade.
 - 4.3.5 Escopo do trabalho.
 - 4.3.6 Avaliação dos riscos gerais do trabalho, dos riscos inerentes e de controle.
 - 4.3.7 Respostas do auditor aos riscos gerais do trabalho.
 - 4.3.8 Respostas do auditor aos riscos de distorção relevante ou residuais (natureza, época e extensão).
 - 4.3.9 Matriz de Planejamento.
 - 4.3.10 Métodos de amostragem aplicáveis às auditorias: por atributos e por unidade monetária.
 - 4.4 Técnicas e procedimentos: inspeção documental, inspeção física, reexecução, recálculo, observação direta, entrevista indagação, circularização, conciliação, procedimentos de revisão analítica, cruzamento eletrônico de dados.
 - 4.5 Suficiência e adequação das evidências.
 - 4.6 Matriz de Achados e Matriz de Responsabilização.
 - 4.7 Tipos de opinião de auditoria em trabalhos de asseguaração razoável.

4.8 Documentação da auditoria.

4.9 Supervisão e Controle de Qualidade (Portaria-TCU nº 280/2010).

5. Normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União (IN-TCU 84, de 22 de abril de 2020).

CONTABILIDADE PÚBLICA

1. Legislação e noções gerais: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo CFC (NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP 01 a NBC TSP 28), Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 4.320/1964.

1.1. Lei nº 10.180/2001.

1.2. Decreto nº 93.872/1986.

1.3. Decreto nº 6.976/2009 (Sistema de Contabilidade Federal).

1.4. Decreto nº 10.540/2020 e alterações posteriores.

2. 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

2.1. Parte Geral:

2.1.1. Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

2.1.2. Características qualitativas.

2.1.3. Critérios gerais de evidenciação nas Demonstrações Contábeis.

2.2. Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários:

2.2.1. Receita Orçamentária.

2.2.2. Despesa Orçamentária.

2.2.3. Fonte ou Destinação de Recursos.

2.3. Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais:

2.3.1. Elementos das demonstrações contábeis.

2.3.2. Mensuração de ativos e passivos.

2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa.

2.3.4. Estoques.

2.3.5. Ativos biológicos e produto agrícola.

- 2.3.6. Propriedades para investimento.
- 2.3.7. Investimento em coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (ECC).
- 2.3.8. Combinações no setor público.
- 2.3.9. Acordos em conjunto.
- 2.3.10. Ativo imobilizado.
- 2.3.11. Ativo intangível.
- 2.3.12. Redução ao valor recuperável.
- 2.3.13. Receita de transação sem contraprestação.
- 2.3.14. Receita de transação com contraprestação.
- 2.3.15. Custos de empréstimos.
- 2.3.16. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- 2.3.17. Apropriação de 13º salário e férias.
- 2.3.18. Reflexo patrimonial das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).
- 2.3.19. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio.
- 2.3.20. Evento subsequente.
- 2.3.21. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.
- 2.4. Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):
 - 2.4.1. Aspectos Gerais do PCASP.
 - 2.4.2. Estrutura do PCASP.
- 2.5. Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP):
 - 2.5.1. Introdução.
 - 2.5.2. Balanço orçamentário.
 - 2.5.3. Balanço financeiro.
 - 2.5.4. Balanço patrimonial.
 - 2.5.5. Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - 2.5.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa.
 - 2.5.7. Demonstração das mutações do patrimônio líquido.
 - 2.5.8. Notas explicativas às DCASP.
 - 2.5.9. Consolidação das demonstrações contábeis.
- 3. Manual SIAFI (<https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/siafi>):
 - 3.1. Macrofunções:

- 020305 - Conta Única do Tesouro Nacional
 - 020307 - Transferências Voluntárias
 - 020315 - Conformidade Contábil
 - 020317 - Restos a Pagar
 - 020347 - Aplicações Financeiras
 - 020352 - Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)
- 3.2. Outros Procedimentos:
- 021112 - Dívida Ativa da União
 - 021121 - Suprimento de Fundos
 - 021138 - Diversos Responsáveis
 - 021142 - Folha de Pagamento
- 3.3. Facilidade para Utilização do SIAFI:
- 021213 - Rotina para Emissão de Nota de Empenho

CONTABILIDADE DE CUSTOS

1. Contabilidade financeira e contabilidade gerencial.
 - 1.1. Evolução da contabilidade de custos.
 - 1.2. Relação entre contabilidade de custos, contabilidade financeira e contabilidade gerencial.

2. Terminologia da contabilidade de custo.
 - 2.1. Gasto, investimento, despesa, custo e perda.
 - 2.2. Objeto de custos e centro de custos.
 - 2.3. Custo direto e indireto.
 - 2.4. Custo fixo e variável.

3. Mensuração de custos.
 - 3.1. Acumulação de custos: por ordem de produção e por processo.
 - 3.2. Métodos de custeio: custeio por absorção parcial e integral, custeio variável.

- 3.3. Custeio baseado em atividades – Activity-Based Costing (ABC).
- 3.4. Custeio baseado em atividades direcionado pelo tempo – Time-Driven Activity-Based Costing (TDABC).
- 4. Implantação do sistema de custos.
 - 4.1. Dificuldades e obstáculos na implantação.
 - 4.2. Relevância da departamentalização dos custos.
 - 4.3. Cadeia de valor da entidade e sua relevância para a informação de custos.
 - 4.4. Informação de custos financeira e não financeira.
 - 4.5. Relação custo-benefício do sistema.
- 5. Gestão de custos.
 - 5.1. Usuários da informação de custos.
 - 5.2. Propósitos da informação de custos.
 - 5.3. Informação de custos para planejamento, controle e tomada de decisão.
- 6. Contabilidade de custos no setor público.
 - 6.1. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 34 – Custos no Setor Público.

Demonstrativos Fiscais:

- 14.^a Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF):
 - 1. Parte I - Anexo de Riscos Fiscais (ARF).
 - 1.1. Conceito.
 - 2. Parte II: Anexo de Metas Fiscais (AMF).
 - 2.1. Conceito.
 - 3. Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
 - 3.1 Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
 - 3.2. Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias.
 - 3.3. Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primários e Nominal.
 - 3.4. Anexo 8 - Demonstrativo da Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).
 - 3.5. Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

4. Parte IV - Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
 - 4.1. Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.
 - 4.2. Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.
 - 4.3. Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito.
 - 4.4. Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Sistema Tributário Nacional: disposições gerais, competência tributária, limitações da competência tributária, competência privativa da União, dos estados e dos municípios, competência residual.
2. Princípios jurídicos da tributação: legalidade, anterioridade, igualdade, competência, capacidade contributiva, vedação do confisco, liberdade de tráfego.
3. Tributo: conceito e espécies; classificação dos tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições sociais; função dos tributos.
4. Legislação tributária: leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares; vigência e aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária.
5. Obrigação tributária: principal e acessória; fato gerador; sujeito ativo; sujeito passivo: solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário; responsabilidade tributária: dos sucessores, de terceiros e por infrações.
6. Crédito Tributário: constituição - lançamento; suspensão; extinção; exclusão; garantias e privilégios.
7. Administração tributária: fiscalização - sigilo comercial, dever de informar e sigilo profissional, sigilo fiscal, auxílio da força pública, excesso de exação e responsabilidade pessoal do agente público; dívida ativa; certidões negativas.

DIREITO FINANCEIRO

1. Conceito e objeto.

2. Finanças públicas na Constituição Federal. Das Finanças Públicas: normas gerais e orçamento. Orçamento autorizativo e impositivo. Teoria orçamentária. Naturezas política, econômica, gerencial e jurídica do orçamento público. Recomendações de boas práticas orçamentais da OCDE. Os dez princípios orçamentários materializados por recomendações estabelecidas pela OCDE.

3. Dos Orçamentos Públicos (artigos 165 a 169 da Constituição Federal de 1988). O orçamento público: origem, funções e natureza jurídica. Orçamento tradicional, moderno e outras concepções. Orçamento-programa: conceitos, técnicas, vantagens, limitações, processo decisório.

4. Evolução histórica e legal do orçamento público brasileiro.

5. Princípios orçamentários.

6. Ciclo e Sistema Orçamentário. Formulação e aprovação do orçamento. O ciclo orçamentário ampliado: PPA, LDO e LOA. Plano Plurianual: caracterização, finalidade, estrutura básica, prazos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias: caracterização, conteúdo e prazos. A Lei Orçamentária Anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações. Elaboração e aprovação das leis de matéria orçamentária. Papel dos órgãos central e setoriais de orçamento. Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO. Créditos adicionais. Reabertura de créditos orçamentários.

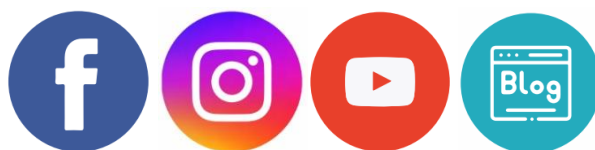
7. Lei nº 4.320/1964. Receita pública: conceito, classificações, estágios, tributos, contribuições sociais, dívida ativa. Fonte de receita e fonte de recursos. Despesa pública: conceito, estágios e classificações.

8. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): conceitos. Renúncia fiscal. Geração de despesa obrigatória. Decreto de programação e contingenciamento.

Inscrição em restos a pagar. Limites para despesa com pessoal. Dívida pública e operação de crédito.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!